



Pressupostos de Paulo Freire na Formação de Professores Preconditions of Paulo Freire on the Teacher's Formation

Helenara Plaszewski Facin, Denise Dalpiaz Antunes
Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumo

Relato de uma prática pedagógica de referencial Freireano realizada na UFPel/Brasil. Procedimento pautado em pesquisa de campo com intenção de recolher dados do educador no espaço do curso, indicando condições favoráveis ao processo de construção de conhecimento, o qual proporcionou maior participação dos alunos e agregou saberes e concepções fundamentais para a formação. Essa proposta embasada na teoria Freireana, responsabiliza o educador no sentido de proporcionar aos alunos a conscientização (consciência+ação), mesmo que, realizada inconscientemente, está enraizada no discurso pedagógico de grande parte dos docentes, nos mais variados níveis de ensino e espaços educativos.

Palavras-chave: Paulo Freire, formação inicial de professores, saberes docentes, práticas pedagógicas, ensino superior

Abstract

Report of a pedagogic practice from Freire's references realized in UFPel/Brazil. Procedure guided in a field research with the intention of collect some educator's data in the course ambient, indicating favourable conditions to the construction process of knowledge, whom provides more student's participation and aggregates knowledges and fundamental conceptions to the formation. This proposal is based on the theory of Freire, which empower the teacher by providing the students the conscientization (conscience+action), even if unconscious, is rooted in a great part of the pedagogic discourses of all educators in different educational levels.

Keywords: Paulo Freire, initial teacher's formation, educator's knowledge, pedagogical practices, higher education

O texto inicia, explicitando que acreditamos que ser professor é uma profissão intrincada do ponto de vista social, político, afetivo e pedagógico, cujos os saberes não são improvisados, nem tão pouco transferidos, sendo que a dimensão que toma o conceito "formar", não se restringe a formação de um professor como um formato único, que ao final de um curso de formação inicial ou continuada formam-se todos iguais.

Faz-se necessário compreender que a formação do professor se diferencia das demais formações, porque ela implica numa ação profunda em diferentes aspectos que envolvem o processo formativo, tais como: conhecimento; a teoria pedagógica e didática; atitudes e valores; o desenvolvimento do modo pessoal e de ser do

professor; experiências, entre tantos outros aspectos inerentes a profissão docente.

Assim aproximamos das concepções de Freire (1996) que sinaliza a necessidade de uma formação voltada para autonomia, uma postura crítica e reflexiva, consistência entre teoria e prática e comprometidos com a transformação social.

Isto significa ressaltar a necessidade de manter-se aberto aos conhecimentos, sensível às situações diárias, em que a teoria e a prática andem juntas, inseparáveis e não sobrepostas, para que culminem em uma formação real. E a complexidade deste novo tempo imprime novas exigências frente ao mundo em que vivemos. Desafia-nos a pensarmos a formação com um papel mais amplo, que se transforme na possibilidade de criar espaços de participação, de reflexão, de mudança e de caráter inconcluso, pelos inúmeros desafios que possam surgir em sua prática.

Isto nos remete a repensar os espaços e tempos da formação de professores, de uma forma mais extensa, não restrita ao espaço escolar ou acadêmico, na figura do professor que ensina e do aluno que vai para aprender. Compreendendo a formação na perspectiva *emancipatória e libertária*, das experiências pessoais como processo de autoconstrução, até porque ninguém forma ninguém, bem como "é pensando criticamente a prática de hoje ou ontem que se pode melhorar a próxima prática" (FREIRE, 1996, p. 39)

Nesse sentido, é inquestionável a nossa responsabilidade pela formação de professores, em especial, no que se refere a função político-pedagógico-social, que o professor ocupa. Não podemos perder de vista que nossos alunos estarão em breve atuando na educação básica nas diferentes redes de ensino de nossa região.

Partindo dessas premissas, descrevemos que este texto tem como propósito dialogar sobre uma de nossas práticas pedagógicas que tem algumas dimensões fundamentais comumente perseguidos por nós para a formação de professores no do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) que se situa no sul do Brasil.

Cabe sinalizar que o texto não tem a proposição de receituários de práticas pedagógicas, mas, no sentido de apontar nosso referencial teórico comprometidos com uma educação político-libertadora capaz de

instrumentalizar os alunos a pensar, intervir e conscientizá-los da realidade a sua volta.

Legado de Paulo Freire - diálogo, leitura de mundo, pesquisa e humanismo

Então, falamos do lugar da docência universitária, como professoras que atuam no ensino superior no Curso de Pedagogia e outras licenciaturas na UFPel e acreditam que não é possível pensar uma prática desconexa de uma teoria, ou ainda, uma teoria à parte da prática. É necessário que busquemos, constantemente, pensar essas conexões, pois isto possibilita uma prática do professor mais consciente e reflexiva no seu saber-fazer, na busca de uma educação mais crítica, democrática, emancipatória e de transformação (FREIRE, 1998), não reduzida a puro processo técnico e mecânico de transferir conhecimentos.

Para Freire, educação é o compromisso do educador em fazer dela um instrumento de mudança na sociedade em vivemos. Mas, vale destacar que as problemáticas sociais existentes no passado como: o analfabetismo, a desigualdade social, a massificação e outras mazelas, resistem as transformações e não foram superadas em nossa contemporaneidade.

Frente a esses desafios postos pela sociedade, ainda, nos depararmos com relatos dos alunos que vivenciam práticas educativas excludentes, autoritárias, reprodutoras, entre outras, que são os dogmas da ideologia dominante que prevaleceram no passado e permanecem em nossa cultura até os dias de hoje.

Não temos aqui a pretensão descrevê-los, pois nossa intenção é apresentar uma de nossas práticas pedagógicas e apontar os conceitos que buscamos dialogar na sala de aula, os quais fazem nossas práticas em sala de aula repercutirem alguns efeitos positivos nos alunos. Por isso, se faz mister identificar o modelo que está coligado em nossa prática educativa, porque agimos em função de certas representações.

Então, apontamos como referencial teórico o mais importante educador brasileiro Paulo Reglus Neves Freire, que fez de sua obra um legado que “inaugurou” a pedagogia crítica, influenciando muitos professores, ao propor uma Educação Libertadora, voltada ao diálogo entre professor e aluno, bem como o desenvolvimento de uma consciência crítica, como forma de participar ativamente da sociedade em que está inserido. Tomando o projeto de educação libertadora devemos começar pela coerência metodológica adotado por nós professores, o que implica na postura dialógica em sala de aula, que é essencial ao processo de libertação.

Ao lidar com a formação de professores temos um grande compromisso com os futuros docentes, levando em conta o universo cultural deles e refletindo uma visão mais global de educação, comprometida com uma prática social mais justa e igualitária. O que para Freire (2006), à crença do humanismo é de conceber o homem como agente de mudança e transformação, autor de sua história.

Via educação devemos colocar poder nas mãos dos alunos, promovendo a democracia, o respeito as diferenças e o diálogo em sala de aula, isto tudo, impulsiona o pensar crítico, um olhar à nossa existência

e ao mundo, através da reflexão desveladora das injustiças, das mentiras ideológicas que ocorre nas relações da sociedade com a escola, e assim, objetiva agir na sociedade em busca de melhorias.

Assim, perseguimos uma prática em sala de aula ancoradas no pensamento freireano do respeito ao ser humano, comprometidos com a educação popular, a qual permite aos desvalidos da sorte, o sonho e a utopia como fomentadores da esperança. Nessa ação educativa, levaremos o aluno a compreensão não ingênua da realidade, mas a leitura de mundo, em contraposição as determinantes sociais, porque numa sociedade em que convivem segmentos da população com interesses opostos, não existe educação neutra.

Ao tratarmos de conhecimento devemos ter claro na teoria de Freire que não é possível realizar a leitura da palavra, sem relacioná-la com a leitura de mundo, pois não se trata a educação como um ato mecânico de decodificar escritas sem conexão, mas conscientizá-los do significado das palavras.

Nessa perspectiva, vimos a educação de forma ativa e comprometida com a realidade dos alunos, na qual os alunos se tornam sujeitos da história, contribuindo para a transformação de mundo melhor, no qual se extermine o pessimismo, o fatalismo da vida e a condição de sujeito fadado ao fracasso introjetado pelo poder ideológico da classe dominante. Para Freire (1996, p.83) “[...] pessoas fazem parte das legiões de ofendidos que não percebem a razão de ser de sua dor na perversidade do sistema social, economico, politico em que vivem, mas na sua incompetência. Enquanto se sentirem assim, pensarem assim e agirem assim, reforçam o poder do sistema. Se tornam coniventes da ordem desumanizante”.

Que sentido teria uma educação que nos impulsiona para o nada? A desesperança nos imobiliza e não deve ser o percurso natural da espécie humana. Trata-se de entender que mudar é difícil, mas é possível.

Ao levar em consideração a existência de saberes diferentes destacamos a afetividade, que nos é tomado por esse saber de querer bem os alunos. “Significa, de fato, que a afetividade não me assusta, que não tenho medo de expressá-la. Significa esta abertura ao querer bem a maneira que tenho de autenticamente selar o meu compromisso com os educandos, numa prática específica do ser humano. [...] A minha abertura ao querer bem significa a minha disposição à alegria de viver [...]” (FREIRE, 1996, p. 141).

O homem está no mundo, estabelece relações e pela ação se constrói como homem. Freire via o amor como nossa tarefa e quem não é capaz de amar os seres inacabados, como pode educar? Porque não terá condições de compreender e respeitar o próximo.

Após a identificação de nosso referencial teórico nas aulas do ensino superior apresentamos neste momento, a prática pedagógica realizado com os alunos do Curso de Pedagogia, na disciplina de Ensino-Aprendizagem, Conhecimento e Escolarização VII, no primeiro semestre de 2016, que tem por enfoque abordar educadores que romperam com o modelo convencional de educação, desenvolvendo práticas pedagógicas diferenciadas, pelas suas concepções de educação na perspectiva transformadora da realidade do aluno e que servem de

inspiração para muitos professores que se encontram na tarefa de ensinar ou contribui para a formação dos futuros docentes.

Então, passamos apresentar a organização e a execução da experiência pedagógica sobre o educador Paulo Freire, em que se processou da seguinte maneira:

- a) primeiramente identificamos o conhecimento prévio dos alunos envolvidos sobre o autor. O que já haviam ouvido falar ou realizaram leituras a respeito;
- b) depois a turma foi dividida em grupos para o levantamento de referências sobre o autor (aproximase de uma pesquisa de campo), tais como: identificação de disciplinas obrigatórias ou optativas no curso, linhas de pesquisa e pesquisadores que trabalham com o referencial freireano no Programa de Pós-Graduação;
- c) textos disponibilizados para cópia pelos professores nas disciplinas do curso; livros disponíveis na biblioteca do campus do Instituto das Ciências Humanas (ICH);
- d) salas com o nome do autor, frases ou cartazes pelos murais do prédio;
- e) entrevista com alunos de alguns cursos das Ciências Humanas que circulavam na entrada do prédio;
- f) posteriormente socializamos os achados no grande grupo, através de um seminário.

Além dessa atividade prática, envolvente, participativa e de interesse dos alunos, organizamos um fechamento das discussões, através de um seminário da vida e obra do autor, com o auxílio de imagens/fotos de sua trajetória pessoal e profissional e citações relevantes que retratam suas concepções.

Cabe salientar que os objetivos e a intencionalidade da atividade, foi proporcionar uma maior participação dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, assim como buscar discutir criticamente as concepções de educação, ensino, da relação professor-aluno, a formação de professores, a partir do referencial teórico de Freire.

Esta prática proporcionou aos alunos uma postura de busca, autonomia, criticidade, diálogo e construção de saberes, que são fundamentais para uma aprendizagem significativa e uma formação mais comprometida com sociedade que se deseja.

Para Freire (1996) é tarefa do educador transformar a curiosidade ingênua e a crítica em conhecimento. O que faz com que os professores devam questionar-se para quem eles educam, bem como pensar a formação docente comprometida com uma visão crítica e questionadora da realidade social, assim podemos potencializar práticas pedagógicas produtoras de sentido.

Relembrar o passado para entender o presente

Ao abordarmos o conhecimento da história nos faz entender o que está intimamente imbricado na formação de professores, pois temos que considerar a relação da educação, com o contexto político que impera em cada momento. Implica em ler a realidade e entender a educação como ato político - um dos grandes legados de Paulo Freire.

Começemos por relembrar o início da educação de nosso país, mais precisamente o período colonial, segunda metade do século XVIII, em que os primeiros jesuítas que desembarcaram no Brasil no ano de 1549, foram comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega, dedicados a pregação da fé católica e ao trabalho educativo, pois perceberam que para poder converter os índios ao catolicismo teriam que aprender a ler e escrever, através de métodos pedagógicos da Europa.

Neste período todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento que estabeleceu formalmente o sistema de ensino, o *Ratio Studiorum*, de acordo com Bello (2001), que durou cerca de 200 anos, após houve a expulsão dos jesuítas das colônias pelo Marquês de Pombal, em função de diferenças de objetivos com os da Corte, pois as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado. (BELLO, 2001).

Após, destacam-se mudanças a nível mundial, que repercutiram em muitos países, em especial no mundo do trabalho, a partir da Revolução Industrial no século XVIII, que tiveram impacto no século XIX, alterando significativamente as relações de produção, a introdução de novas técnicas, concentração de massa trabalhadora nas cidades, monopólios de bancos, transformações no tecido social e, como descreve Aranha (1996, p.138), “o capitalismo se expandiu, dando início ao imperialismo colonialista.”

Em 1834 o Ato Adicional à Constituição dispõe que as províncias passariam a ser responsáveis pela administração do ensino primário e secundário. Para Nóvoa (1995) foi neste período no bojo da estatização do ensino, onde o estado passa a controlar rigorosamente a educação e não mais diretamente ligado a igreja é que inicia-se uma “preocupação” com a formação de professores, mas, pautada numa perspectiva tecnicista, explícita nas matérias curriculares do curso, em que os professores deveriam ter o domínio dos saberes disciplinares, o detentor do saber para conduzir a aula. Os conhecimentos eram produzidos sem uma preocupação de conexão com a realidade, que caberia ao professor transmiti-los aos alunos.

Diante do contexto histórico apresentado até o momento fica notória a falta preocupação com a educação no Brasil, pois praticamente nada se fez de concreto, nem mesmo com o advento da República já que a predominância da cultura de nossa sociedade era escravocrata, pois tínhamos as elites senhoriais e escravos nos moldes das formas arcaicas de produção, não apontava a educação escolarizada como uma meta de desenvolvimento do país.

Em se tratando de balizar o próximo tempo histórico, descrevemos o período da Segunda República que tem como marca a revolução de 30 a entrada do Brasil no mundo capitalista de produção, passando a exigir uma mão-de-obra especializada e para tal era se fazia necessário investir na educação e o Estado passa a assumir a responsabilidade de traçar as diretrizes da educação nacional, pois a educação tinha que atender a nova demanda, exigindo a expansão do sistema de ensino vigente e o governo sanciona decretos que dispõem, pela

primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos. (BELLO, 2001)

Já em 1937, no período do Estado Novo foi um tempo marcado por um governo ditatorial, que segundo Romanelli (1983) retira os deveres do Estado com a educação passando-os para mera ações supletivas. Acarreta um momento de estagnação educacional, pois a preocupação volta-se apenas a atender o mercado de trabalho preparando um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado.

Após adentramos no tempo da Nova República, na área da Educação, determina-se a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. (BELLO, 2001)

Em 1946, no contexto da Reforma Gustavo Capanema, foram estabelecidas diretrizes gerais que serviram de normas para o funcionamento das escolas normais em todo o país, onde pretendia a uniformidade à formação de professores, estabelecendo princípios e normas dos programas, métodos, processos didáticos e conteúdos.

Até a década de 50, o foco estava centralizado no aluno, numa ótica mais individual (indivíduo-aluno), e nos anos 60 que a educação passou a ser problematizada como uma questão nacional, porque o sistema escolar começou a sofrer, de um lado, a pressão social em termos de democratização do ensino e de outro o controle das elites para conter a pressão popular, segundo Romanelli (1983).

Nos anos 60-70, a educação tem um caráter anti-democrático, o país viveu uma repressão de ideias, valores, concepções e crenças e o ensino tinha como princípio a transmissão e memorização de conteúdo, a tendência pedagógica importada dos EUA, que era a Pedagogia Tecnicista que enfatiza o planejamento técnico da aula, a planificação e a atividade do profissional eram, sobretudo, instrumentais, sem levar em conta o desenvolvimento das diferentes formas de linguagens do aluno. Também, temos o primeiro projeto de lei encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, que levou treze anos de longo debate até a sua aprovação, foi a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que definiu e regularizou o sistema de educação brasileiro em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, seguida por outra versão no ano seguinte.

No fim da ditadura aprovou-se a segunda LDB nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fez desaparecer as Escolas Normais, cedendo lugar a uma habilitação específica de 2º Grau para o exercício do magistério de 1º Grau.

Posterior o Governo promulga a terceira LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a qual impera atualmente como legislação da educação escolar brasileira, que institui a obrigatoriedade da formação docente em nível superior para atuar na educação básica, em que fez uma grande procura por cursos superiores e muitos professores da educação básica retornaram aos bancos acadêmicos. Através da ótica que imperava do Banco Mundial, de uma curta formação docente que supunha uma educação geral e a capacitação pedagógica. Voltam-

se a atenção às reformas educativas e à questão do currículo, mas ainda não respeitam a diversidade cultural.

Após esta breve retomada do contexto histórico que perpassou nossa educação, ao interrogar o passado através das reflexões de nosso tempo, mesmo que rapidamente, é possível verificar que não atingiu-se um padrão mínimo de preparação docente para enfrentar os desafios educacionais da nossa realidade, pois apesar de toda essa evolução e rupturas inseridas no processo, a educação brasileira não evoluiu muito no que se refere à questão da qualidade.

Não é demais apontar que a questão da formação de professores, vista ao longo da história, revelou-se a última instância a se modificar frente às exigências de cada tempo, bem como não se preocupou em distinguir os conhecimentos necessários ao homem na sociedade atual, mas de apenas aprimorar a competência técnica.

Considerações Finais

A realização deste trabalho provocou sentimentos antagônicos, ora de satisfação pela atividade realizada que envolveu os alunos e o aprendizado que possibilitou-nos colocar em prática os ensinamentos de Freire, mas, ora outro sentimento de desânimo, pelos achados dos alunos, em que esperavam ter mais referência do autor na formação dos alunos.

Na direção do exposto, cabe registrar que respeitamos o direito dos professores do curso moverem-se iluminados pelo seu referencial teórico e sua concepção política, porém isso não os isenta de oportunizar aos alunos conhecer, as principais correntes do pensamento educacional existente, onde seguramente, as concepções de Freire tem muito a contribuir com o curso de formação de professores, reconhecida em grande parte do mundo pelo seu legado e estão enraizadas em nosso discurso pedagógico.

O rechaço as ideias de Freire não é novidade no tempo da ditadura por ser subversiva a ordem vigente, mas, as manifestações atuais contra o educador só sinalizam que os setores conservadores continuam tão reacionários quanto no período militar.

Então, esperamos, pelo menos, ter conseguido expressar que o papel do professor não é de um mero transmissor de conteúdos, mas, um mediador entre o conhecimento e o aluno, com o intuito de transformar a realidade em que está inserido. Além disso, com a leitura da escritura de Freire nos alerta para a preparação do aluno para realizar observação e interpretação do contexto social em que atua ou irá atuar, para uma efetiva ação de leitura e escrita crítica da realidade.

Com esta prática pedagógica, a partir de nosso referencial buscamos oferecer aos futuros professores ferramentas teóricas e estratégias metodológicas que os habilite a serem sujeitos do processo de ensino-aprendizagem: permutando saberes, ao ensinar e aprender juntos.

Não é demais justificar que a experiência esta aberta a novas indagações, pois temos clareza que as considerações gerais não nos permite esgotar o assunto; uma vez que este trabalho contribua para seguirmos em alerta aos ensinamentos de Freire. Adotados como

referências, que têm muito a colaborar para perseguir os sonhos de construir uma realidade mais democrática e humanizadora em todos espaços educativos, mesmo parece para muitos uma utopia.

Referencias

- André, M. (2001). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. São Paulo: Papyrus.
- Aranha, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. 2ª ed. ver. e atual. São Paulo: Moderna, 1996.
- Bello, José Luiz de Paiva. (2001). Educação no Brasil: a História das rupturas. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>. Acesso em: 20 de mai, 2017.
- Brasil. *Lei n. 9.394, de 20/12/96*. (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Brasil. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (1987) Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. In: Rama, Leslie M.J.S. *Legislação do Ensino: uma introdução ao seu estudo*. São Paulo: EPU. p. 117-126.
- Brasil. Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971. (1985). Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. In: Jardim, Ilza Rodrigues et al. *Ensino de 1º e 2º graus: estrutura de funcionamento*. Porto Alegre: Sagra.
- Freire, Paulo. (2006). *Medo e Ousadia*. Ed. 11ª. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- Freire, Paulo. (1998). *Educação como prática da liberdade*. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (1991). *A Educação na Cidade*. São Paulo: Cortez.
- Nóvoa, António. (1995). *As organizações Escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Romanelli, Otaíza de Oliveira. (1983). *História da Educação no Brasil: 1930-1973*. Petrópolis: Vozes.